A austeridade fiscal é a principal questão da política brasileira hoje

Revista Jacobin

25/11/2026

Lula derrotou Flávio Bolsonaro e conquistou seu quarto mandato como presidente. Nesta conversa exclusiva à revista Jacobina, o cientista político André Singer diz que a luta mais difícil ainda está por vir: a burguesia quer uma austeridade severa e a coalizão do novo governo está dividida em relação a ela.



Foto: reprodução Facebook

Lula conquistou um quarto mandato, mas a frente democrática brasileira está dividida por dois programas econômicos incompatíveis. André Singer analisa disputa em torno das políticas de austeridade que vem pela frente.

Na eleição de 2026, a burguesia cosmopolita que apoiou Lula contra Jair Bolsonaro em 2022 permaneceu em silêncio. André Singer explica o que esse silêncio significou.

Depois da vitória do senador Flávio Bolsonaro no primeiro turno dia 4 de outubro, manifestações lideradas pela esquerda tomaram as ruas de centenas de cidades brasileiras, garantindo a vitória de Lula para a Presidência da República. O governo também proibiu as Bets, apoiou a proposta contra a 6×1 e aumentou o benefício do Bolsa Família, abrindo o caminho para a vitória.

Professor de ciência política na Universidade de São Paulo, Singer foi porta-voz de Lula de 2003 a 2007 e secretário de Imprensa de 2005 a 2007. Desenvolveu o conceito de lulismo em *Os sentidos do lulismo* (Companhia das Letras, 2012) e *O lulismo em crise* (Companhia das Letras, 2018), e seu livro recém-lançado em agosto deste ano, *Impasse: O Brasil diante da onda reacionária* (Companhia das Letras, 2026).

Depois do segundo turno, Singer conversou com Catarina Príncipe e Aldo Cordeiro Sauda para a *Revista Jacobina* sobre o bolsonarismo como uma autocracia com viés fascista, o silêncio da burguesia brasileira durante a campanha e por que a mobilização do segundo turno não foi populismo. Falou também da disputa em torno da austeridade que aguarda o quarto mandato de Lula.

Uma entrevista de Catarina Príncipe e Aldo Cordeiro Sauda:

Você escreveu sobre a ideia de uma "autocracia com viés fascista" para entender os fenômenos de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro no Brasil. Poderia explicar melhor essa ideia?

Sinceramente, não posso falar diretamente sobre o trumpismo, porque não tenho conhecimento suficiente. Então vou falar do bolsonarismo, a experiência a partir da qual formulei a ideia de uma tendência autocrática com viés fascista. Estudando a presidência de Bolsonaro, de 2019 a 2022, é possível mostrar empiricamente que ele tentou remodelar as instituições brasileiras na direção de um regime autocrático.

Um dos grandes conflitos durante o seu mandato foi a independência da Polícia Federal. Por ser uma força policial nacional voltada aos grandes problemas de segurança do país, questões de corrupção, crime organizado, tráfico de drogas e tráfico de armas são todas assunto da Polícia Federal. Por isso é tão importante uma convenção que os presidentes adotaram depois da volta à democracia, nos anos 1980: garantir a independência da Polícia Federal. O presidente da República nomeia o diretor, mas os presidentes passaram a ter por prática nomear diretores que gozam de certa independência em relação a eles.

Bolsonaro fez questão de violar essa convenção e nomear uma direção da Polícia Federal a serviço dos seus próprios interesses políticos. Descrevo isso porque é o caso mais evidente de todos: ele tentou manipular a Polícia Federal para concentrar poder.

Por que digo que essa tendência autocrática tem um viés fascista? Porque encontro nela certos elementos em comum com o fascismo histórico. Por que não digo que é fascista, *tout court*? Porque há muitos elementos que não correspondem.

Dou um exemplo de elemento em comum: a ativação, por meio da propaganda, do inconsciente das massas. É um tipo de publicidade que visa fisgar o eleitor, o cidadão, o apoiador por meio da identificação inconsciente, e não do argumento racional. Isso não quer dizer que não haja também argumentos de natureza material, interesses materiais; não estou dizendo que seja meramente uma técnica voltada ao inconsciente. Mas acho que isso é muito típico do fascismo, e não da direita não fascista.

O que não é comum ao fascismo? Por exemplo, não há um partido político organizado em milícias, como no fascismo italiano e depois no nazismo alemão. Também não há retórica belicosa, no sentido de guerra externa: o bolsonarismo tem um nacionalismo muito estranho, de submissão aos Estados Unidos — algo difícil de entender. Mas não tem retórica de confronto com outros países nem de expansão territorial brasileira, elemento importante do fascismo histórico.

Como alguns elementos são comuns e muitos não são, propus uma maneira de entender o fenômeno bolsonarista. Estamos diante de uma tendência autocrática — isso está provado — com uma tendência fascista que ainda precisamos testar. Enquanto isso, há um problema teórico mais geral: o conceito de fascismo não está bem definido.

Por estranho que pareça, é esse o problema que temos de enfrentar: chegar a um conceito de fascismo que nos permita entender a situação atual. Evidentemente, nos interessa entender a história, mas com vistas ao presente e ao futuro.

Numa entrevista, ouvi você distinguir entre o fascismo de baixo e o fascismo de cima. Qual classe essa autocracia com viés fascista mobiliza mais?

O pensamento de inspiração marxista já deixou claras as características do fascismo histórico, e uma se destaca: o fascismo é um movimento que vem de baixo, não de cima. Leon Trótski deu essa contribuição pela primeira vez, em seus escritos sobre a Alemanha, e ela continua válida; é uma distinção fundamental.

O bolsonarismo tem essa característica: vem de baixo; não é um movimento da classe dominante. Atrai as camadas médias, mas rapidamente se espalha por camadas populares intermediárias, que formam sua espinha

dorsal. Assim, no Brasil de hoje, a extrema direita penetra de baixo para cima.

Como você analisa a relação entre a classe dominante e a política, dada a existência do que você chama de duas coalizões policlassistas: a "confederação" bolsonarista e a "concertación" lulista? Qual é a composição dessas duas coalizões?

Chamo uma de "confederação", por certa analogia com o caso americano do século XIX, e a outra de "concertación", por analogia com o Chile depois de Augusto Pinochet. Elaborei essas duas hipóteses para entender a eleição de 2022. Por isso vou responder tendo 2022 em mente e depois passar brevemente pelas mudanças de 2026.

A ideia da confederação era a de uma coalizão formada por empresários do agronegócio e empresários do setor de serviços nas cidades. A eles se juntaram certas denominações evangélicas, que representam uma espécie de *Bible Belt* brasileiro. Essas denominações respondem por cerca de 30% do eleitorado, e o bolsonarismo venceu repetidamente com 70% do voto delas.

Na eleição de 2022, o conjunto das forças de segurança se juntou a esses dois componentes, os empresários e o *Bible Belt* evangélico, das Forças Armadas às polícias estaduais. Essas forças representam um grande contingente. Além de todos os que atuam formalmente na segurança, o Brasil tem um enorme exército de seguranças privados, porque a segurança pública não dá conta do gravíssimo problema da criminalidade.

Essas três vias da confederação, por assim dizer, criaram um enorme corredor pelo interior do país. Ele vai do norte do Rio Grande do Sul ao sul da região Norte, passando pelo interior de São Paulo e de Minas Gerais, os estados mais industrializados do país. Esse corredor se alinhou ao bolsonarismo, o que explica em grande parte o seu expressivo poder eleitoral. Além disso, o *Bible Belt* evangélico dá ao bolsonarismo uma cabeça de ponte muito forte nas grandes regiões metropolitanas do Brasil.

Em 2026 houve uma mudança: por causa da tentativa de golpe fracassada, as Forças Armadas recuaram. Elas haviam sido muito importantes porque Bolsonaro, ex-capitão do Exército, formou-se na academia militar junto com os homens que, por coincidência, compunham o alto comando quando ele assumiu. Ele os trouxe para o governo, e assim as Forças Armadas ficaram profundamente comprometidas com o governo Bolsonaro.

Já não é assim. Não se identifica ninguém de peso das Forças Armadas na candidatura de seu filho, Flávio Bolsonaro. Mas sabemos que as forças policiais apoiaram essa candidatura de maneira discreta, e não explícita, como haviam feito com o governo de Jair Bolsonaro.

Chamo de confederação, embora não tenha ligação com a escravidão. Mas tem esta ligação: dividiu o Brasil. Uniu o interior, como se fosse contra as grandes cidades, embora, repito, as denominações evangélicas tenham influência nas grandes cidades.

Percebe-se também certo preconceito contra o Nordeste e uma ideologia subjacente de que um Brasil mais moderno estaria melhor livre de um Brasil mais atrasado. É uma espécie de ideologia implícita, que às vezes aparece mais, às vezes menos.

Quanto à concertación: o nome me ocorreu porque, para construir a coalizão que o sustentou, o presidente Lula fez uma aliança com setores do antigo Partido da Social Democracia Brasileira. Até 2018, o PSDB havia sido o principal rival do Partido dos Trabalhadores. O atual vice-presidente, Geraldo Alckmin, encabeçou os setores dispostos a aderir. O PSDB como um todo encolheu e virou um partido pequeno, e ficou neutro: não apoiou Lula nem em 2022 nem agora.

Mas a aliança com Alckmin representou uma união com antigos setores do PSDB dispostos a formar a frente democrática. Assim, como no Chile, os dois grandes adversários se juntaram: no Chile, o Partido Socialista e o Partido Democrata-Cristão; no Brasil, o PT e o PSDB.

Junto com essa coalizão partidária havia uma importante coalizão de classe. O lulismo representa a base da pirâmide social brasileira, como todos sabem. Mas a aliança com essa facção do PSDB trouxe também o que chamo de burguesia cosmopolita, o setor mais moderno da burguesia brasileira, que apoiou o presidente Lula no segundo turno de 2022, não no primeiro. Isso foi muito importante tanto para a vitória dele quanto para o futuro do governo.

Nesta eleição de 2026, esse setor da burguesia não se manifestou; ficou neutro e não apoiou nem Flávio Bolsonaro nem o presidente Lula. João Moreira Salles — fundador da revista *piauí*, importante cineasta e herdeiro de uma das maiores famílias de banqueiros do Brasil — escreveu um artigo muito contundente sobre a importância desse silêncio.

A consequência desse silêncio foi a aceitação, praticamente até o último minuto, de uma vitória de Flávio Bolsonaro. Um movimento extraordinário reverteu isso no segundo turno deste ano. Para concluir por ora: o setor cosmopolita da burguesia brasileira, que ficou em silêncio, já não está explicitamente presente na concertación.

Você define o populismo latino-americano como um fenômeno de massas: em certas circunstâncias, as classes assumem a forma de multidões com pouca ou nenhuma organização de classe, ligando diretamente o povo e o líder. Foi esse tipo de populismo que garantiu a vitória de Lula? E como podemos reconectar essa expressão da multidão com uma organização de classe mais duradoura?

Acho que o conceito de populismo não se aplica à vitória no segundo turno. É uma pergunta muito interessante, e vai me dar trabalho, porque terei de desenvolver algo mais sofisticado para dar conta do fenômeno.

Mas, à primeira vista, acho que tivemos uma explosão social, vamos chamar assim, sem as características do populismo. Foi mais organizada e mais consciente de seus objetivos do que o fenômeno populista implica.

Para ser claro, meu referencial teórico é a velha definição de Ernesto Laclau, de 1978, e não a do chamado segundo Laclau. É uma boa definição para pensar o populismo na América Latina e, claro, também no Brasil.

Por que digo que a explosão é mais consciente e mais organizada? Mais consciente porque visava, primeiro, a deter a extrema direita. Flávio Bolsonaro venceu [o primeiro turno] por dois pontos percentuais e imediatamente começou a montar o seu governo e a dizer que mudaria a Constituição. Foi um erro tático, mesmo do ponto de vista dele: teve tanto impacto que os setores democráticos da sociedade brasileira imediatamente começaram a se manifestar e a se organizar.

Esse é um dos lados do fenômeno. O outro é a sensação de que o presidente Lula precisava de um quarto mandato, porque o próprio governo começou a mudar durante a campanha. Não é óbvio, mas o presidente Lula mudou a campanha em meados de setembro sem dizer: começou a tomar medidas.

Um episódio me parece revelador. Em 11 de setembro, num comício em Porto Alegre, ele disse: “Sei que vocês estão achando os produtos caros no supermercado”, referindo-se ao café e à carne. Isso é muito significativo, porque até então o governo não havia tratado diretamente das necessidades materiais da população.

A partir daí, o presidente não só falou dessas necessidades como passou a tomar medidas. Por exemplo, aumentou o benefício do Bolsa Família, que o governo não reajustava havia quatro anos, e proibiu as apostas on-line, as “bets”. Lembre-se de que o Brasil vive uma tripla crise: uma crise do custo de vida, uma crise de endividamento das famílias e, além disso, uma epidemia de apostas.

As pessoas começaram a apostar desenfreadamente, em parte para obter uma renda extra e pagar dívidas. Como as empresas de apostas desenham os jogos para que a grande maioria perca, as pessoas acabaram em situação pior. O presidente Lula enfrentou grande resistência à proibição. Primeiro, porque há muitas empresas envolvidas e contratos jurídicos de longo prazo já estavam em vigor; segundo, porque os clubes de

futebol, que são muito populares e importantes no Brasil, dependiam em certa medida do patrocínio dessas empresas.

A outra decisão muito importante foi a passagem de seis dias de trabalho e um de folga (6×1) para cinco e dois (5×2), reduzindo a jornada semanal de quarenta e quatro para quarenta horas: provavelmente a maior vitória trabalhista desde a Constituição de 1988. O Congresso aprovou, mas todos sabem que foi iniciativa do presidente e que ele se empenhou por ela. Estruturalmente, claro, é ainda mais importante que a proibição das apostas. Mas a proibição tem um significado simbólico, porque o presidente a decidiu durante a campanha: um ato de ousadia e coragem em defesa da economia popular.

Ao lado disso, o governo tomou duas medidas de reestruturação das dívidas das classes populares, e outras, como o transporte público gratuito aos fins de semana, que fala diretamente aos jovens que foram às ruas. O que quero dizer é que tudo isso não é retórica populista; são ações. É o que chamo de mudança de caráter do governo.

Por fim, esses setores que saíram às ruas não são completamente desorganizados. As manifestações ocorreram em centenas de cidades, mas as maiores, e inéditas, foram em São Paulo, a maior metrópole do país. Venho comparando as duas manifestações de outubro em São Paulo, a do dia 11 e a do dia 24, com a grande manifestação da direita pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff em março de 2016. Não havia manifestação desse tipo havia pelo menos dez anos.

A esquerda liderou essas manifestações, embora elas não fossem só de esquerda. Formaram uma frente democrática, com setores de centro e possivelmente até uma direita democrática: individualmente, as pessoas podem ter saído para defender a democracia. Mas a liderança foi claramente da esquerda, e estas são possivelmente as maiores manifestações de esquerda da história do Brasil.

A esquerda brasileira tem organizações: o PT, o PSOL, o PCdoB, as organizações estudantis, as associações culturais, os sindicatos, as associações de bairro e os movimentos populares, especialmente o MST e o MTST. No campo da centro-esquerda há o PSB e o PDT. Em suma, o Brasil tem uma estrutura organizativa, e ela se mobilizou. Então, por esses dois ângulos, eu não descreveria isso como um fenômeno populista; aconteceu algo diferente.

Neste ano você observou um movimento pendular da ala cosmopolita da burguesia em direção à candidatura de extrema direita, o oposto do seu apoio à eleição de Lula em 2022. No plano internacional, a política externa dos Estados Unidos mostra o mesmo movimento pendular: simpatia por Lula sob Joe Biden em 2022, apoio explícito ao bolsonarismo sob Trump em 2026. Em que medida a guinada da classe dominante brasileira rumo ao bolsonarismo expressa mera deferência a Washington?

Até onde entendo, o setor que chamo de cosmopolita — no caso americano, as grandes empresas de tecnologia — apoiou Biden em 2020. Em 2024, não ficou muito claro para mim o que faziam, mas também não pareciam apoiar Trump, com exceção de Elon Musk.

No entanto, quando Trump tomou posse, todos eles estavam lá. No caso brasileiro, porém, parece plausível que a conversão da burguesia cosmopolita americana à extrema direita tenha influenciado a burguesia brasileira. Até o último minuto, havia certa expectativa de que esse setor pudesse se manifestar a favor do presidente Lula.

Esse setor se comprometeu com a democracia em 2022, num movimento mais amplo que o apoio ao presidente Lula. Em agosto de 2022, numa manifestação em São Paulo, esses empresários divulgaram uma carta. Diziam que não aceitariam, em hipótese alguma, a recusa em reconhecer o resultado da eleição — exatamente o que disse a Casa Branca.

Essas duas posições foram muito importantes para impedir que a maior parte das Forças Armadas aderisse ao golpe, porque os militares sabiam que não poderiam governar sem esse apoio. Então vê-se: há um fenômeno

brasileiro. Uma ligação com uma transformação nos Estados Unidos é uma hipótese possível.

Nosso entendimento da questão é que a burguesia cosmopolita brasileira está neutra agora por causa da mudança política nos Estados Unidos, de Biden para Trump. Na época da tentativa de golpe, a presidência de Biden foi muito importante para impedir que ela avançasse. Agora, com Trump, pode haver alguma tentativa de intervenção direta na política brasileira.

Assim, parte da burguesia cosmopolita não quer tomar posição hoje, para evitar um desentendimento com a política dos Estados Unidos e com uma possível vitória bolsonarista. É menos um espelho direto entre frações da burguesia.

Então vou aproveitar sua interpretação para acrescentar algo que torna o problema mais complexo. O principal ponto de divisão entre esse setor da burguesia brasileira e o terceiro governo Lula é o déficit fiscal. Esse setor exige um grande corte nos gastos públicos, que, em sua visão, teria de recair sobre os benefícios previdenciários, e quer desvinculá-los do salário mínimo. A Constituição brasileira vincula os dois, de modo que aumentar o salário mínimo em termos reais também aumenta todos os benefícios.

O outro alvo é o piso constitucional da saúde e da educação: a Constituição do Brasil exige que uma certa parcela da arrecadação anual de impostos vá para a saúde e a educação, e isso não pode diminuir. O objetivo da burguesia é retirar esse piso da Constituição, para que esse gasto caia.

Temos, então, uma questão gravíssima: de um lado, o sistema previdenciário, todos os aposentados; de outro, as duas principais políticas sociais que formam o núcleo social da Constituição de 1988, saúde e educação. Esse é o principal problema. Ainda não sabemos se há também certa cautela, ou um desejo de se alinhar à burguesia cosmopolita americana.

A soberania nacional ocupou o centro da campanha, talvez pela primeira vez desde a volta à democracia. Que papel essa questão teve na virada do segundo turno contra Flávio Bolsonaro?

A ofensiva do governo Trump contra o Brasil — as tarifas e sua intervenção direta ou indireta nas eleições — pôs a soberania nacional na agenda. Trump justificou as primeiras tarifas dizendo que o Brasil perseguia seu candidato preferido, Jair Bolsonaro.

Hoje o Brasil não tem uma corrente nacionalista muito forte. Um nacionalismo começa agora a crescer, porque a situação global mudou e o país enfrenta uma agressão político-econômica, vamos chamar assim. Então o nacionalismo entrou na agenda, mas, na minha opinião — e posso estar errado —, ainda não se tornou uma questão central.

Lula quer transformar a economia brasileira investindo na economia verde, na infraestrutura e na inteligência artificial (data centers) e usando os recursos brasileiros em metais raros e minerais. Quanta margem de manobra ele tem para fazer isso, dado o Novo Arcabouço Fiscal, a regra fiscal do governo Lula de 2023 que limita o crescimento anual dos gastos a 70% do crescimento da receita? Como devemos pensar a relação do seu governo com a burguesia neste quarto mandato e o novo equilíbrio de forças?

Você acredita que a burguesia tenderá a aprofundar o conflito com o PT, intensificando o movimento pendular? E, nesse contexto, o que acontece com a mobilização de massas vinda de baixo que vimos no segundo turno?

Acho que este é o ponto central a respeito do quarto mandato: qual será o desfecho desse conflito. A bolsa de valores caiu quase 14% no dia seguinte à eleição. Como venho dizendo, o mercado não tem voto, mas tem dinheiro, e sua mensagem é clara: se vocês não cortarem os gastos públicos, nós vamos embora.

A questão do ajuste fiscal é realmente central, porque a burguesia exige uma austeridade severa. Na minha opinião, a exigência de austeridade é a questão fundamental da política brasileira hoje, mas em geral ninguém

a coloca abertamente: continua sendo um debate implícito. Isso se deve em parte ao fato de não estarmos conseguindo politizar o problema, fazer com que as classes populares, a classe trabalhadora, tomem consciência de que é isso que está em jogo. Esse é o principal confronto.

Então isso organiza a política brasileira. No meu livro recente, *Impasse*, procurei mostrar que essa questão divide a frente democrática em duas. É, como dizem os americanos, o elefante na sala: todos tratam como se não existisse. Senti que meu papel era trazê-la à tona; obviamente não posso fazer isso sozinho, mas posso contribuir em alguma medida.

O conflito é imediato, porque a transformação de que o Brasil precisa, que passa pela reindustrialização, é uma tarefa gigantesca. O Brasil é um país enorme, e não se muda uma estrutura dessa ordem sem grandes investimentos.

Essa transformação não pode depender apenas do investimento público; também é preciso investimento privado. Mas temos de pensar com os instrumentos que temos. Perry Anderson diz que o keynesianismo não funciona mais, de modo que precisamos criar novos mecanismos, mas, até tê-los, usarei os antigos. O Estado terá de induzir esse processo de desenvolvimento, embora também precise trazer outros investidores.

Há, portanto, uma incompatibilidade entre as necessidades do país e esse corte radical nos gastos públicos, que vai na direção oposta. Acho que esse é o ponto central. Mesmo que os termos do debate não tenham sido claros, penso que as grandes manifestações em centenas de cidades brasileiras apontam para um compromisso do governo nesse sentido. Teremos de acompanhar os acontecimentos para ver como vão se desenrolar.

Seu livro anterior definiu o lulismo como "combater a pobreza sem confrontar o capital". O lulismo pode ir além de si mesmo, e quer isso? Há espaço para isso hoje, dada a atual aritmética partidária no Congresso? E como a esquerda brasileira pode se organizar para forçá-lo a tomar medidas que vão além do assistencialismo?

Começo pelo Congresso, que acho mais simples. No Congresso que toma posse em 2027, a extrema direita cresceu, não à custa da esquerda, mas de outras forças da direita. Na Câmara dos Deputados, passou de 91 para 121 deputados, de um total de 513 cadeiras.

É significativo: desde a volta à democracia, dificilmente encontraríamos uma bancada de um só partido tão grande. Mas ela não decide nada sozinha. O que teremos é negociação permanente, o que já está acontecendo: o terceiro governo Lula já negociava permanentemente o *Centrão*.

Para ser claro, o *Centrão* é a direita estabelecida, a direita tradicional, por assim dizer. Em geral detém a maioria no Congresso Nacional brasileiro, porque o sistema eleitoral brasileiro reproduz pequenas oligarquias locais que tendem a dominar as eleições legislativas.

Isso é estrutural no Brasil, e vai continuar. O presidente Lula se especializou em negociar com esses setores. O terceiro mandato foi o mais difícil nesse aspecto, porque o Congresso ganhou poder com o *orçamento secreto*. Mesmo assim, o presidente conseguiu aprovar suas duas propostas mais ousadas.

A primeira foi a isenção do imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil (cerca de US$ 940) por mês, compensada por uma taxação sobre quem ganha mais de R$ 50 mil (cerca de US$ 9.400). A Câmara dos Deputados a aprovou por unanimidade. A segunda foi a mudança da escala de trabalho de 6×1 para 5×2, da qual já falamos. A Câmara já a havia aprovado por unanimidade, e o Senado acaba de aprová-la por ampla maioria.

Isso mostra que essa negociação é possível. A direita tradicional faz concessões de um lado e de outro. Sua concessão à extrema direita é um esforço para reduzir as penas que a Justiça impôs a Jair Bolsonaro e a todos os que condenou por participar da tentativa de golpe de 2022, e esse esforço vai se ampliar.

Provavelmente isso terá consequências reais: a extrema direita tentará viabilizar a candidatura de Bolsonaro em 2030. Acho que essa é a perspectiva dela. Repito: não conseguirá isso sem o apoio da direita, mas, dependendo das negociações de vaivém, pode acontecer.

Passo agora ao problema da esquerda. A esquerda não deve sair da frente democrática. O problema central no Brasil, como em muitos países do mundo, é isolar a extrema direita e reverter seu avanço rumo ao poder em toda parte.

Olhando para o longo prazo, assistimos a um avanço gradual, lento, mas constante da extrema direita, às vezes mais rápido, às vezes mais lento. Se a extrema direita chegar ao poder e se consolidar no mundo todo, a classe trabalhadora sofrerá um retrocesso tremendo em todos os aspectos.

Nossa tarefa, então, é evitar isso, isolando a extrema direita e derrotando-a como alternativa de poder no Brasil. Para isso, precisamos permanecer na frente democrática. Mas dois programas econômicos incompatíveis dividem a frente democrática.

Portanto, temos de lutar explicitamente dentro dessa frente democrática para que a nossa posição conquiste a maioria. Estou convencido de que a democracia depende de a maioria da população reconhecer nela uma resposta aos seus problemas; se não, ela não durará. Essa é a melhor contribuição que a esquerda pode e deve dar à defesa da democracia.

O lulismo, como o caracterizei, é um movimento que busca combater a pobreza, o que é fundamental no Brasil, sem confrontar o capital. Mantenho essa definição. Mas a realidade política é dinâmica; nós e todos os outros atores enfrentamos situações novas, então coisas novas haverão de acontecer.

Como vocês sabem, não podemos prever o futuro; só podemos ver tendências. Eu encerraria dizendo que o compromisso popular é da natureza do lulismo: ele depende de uma base popular; é um movimento popular. Para além disso, só o processo político dirá.

Catarina Príncipe *é ativista nos movimentos sociais de Portugal. É membro do Bloco de Esquerda e editora contribuinte para Jacobin. Co-editou o livro Europe in Revolt.*

André Singer *É professor de ciência política na Universidade de São Paulo (USP), jornalista e autor de obras como Os Sentidos do Lulismo (Companhia das Letras, 2012), O lulismo em crise (Companhia das Letras, 2018) e Impasse: O Brasil diante da onda reacionária (Companhia das Letras, 2026) dentre outros, atuou como porta-voz da Presidência durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007).*

Aldo Cordeiro Sauda *é advogado e jornalista que cobriu a primavera árabe no Cairo e Beirute pelos jornais Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. É mestre em ciência política pela Unicamp e publica a Contrabando Editorial.*

Via Revista Jacobin

Compartilhe nas redes: